

# **Companhia Industrial Cataguases e Controlada**

## **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 2013**

### **Objeto de Publicação**

## Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Industrial Cataguases, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparados em conformidade com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e às práticas adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis às operações da Companhia.

## Mensagem da Administração/Presidência

Em 2013, o cenário global apresentou uma tímida aceleração com baixo crescimento que teve como fatores preponderantes a modesta recuperação Americana (americana) e uma leve superação da crise europeia incentivada por um Banco Central Europeu mais ativo buscando fortalecer a confiança do consumidor. Vivenciamos no Brasil um ambiente macroeconômico adverso, com crescimento modesto e aumento da taxa de juros como mecanismo de controle da inflação.

Para o Setor Têxtil Brasileiro, o ano foi marcado por uma desaceleração do ritmo de crescimento das vendas no Varejo, impactando diretamente nos volumes de vendas. As importações se mantiveram em patamares inferiores aos observados em um passado recente, devido à influência direta da desvalorização do Real. As exportações do setor continuam enfrentando um cenário muito restritivo para crescimento.

Neste cenário a Companhia focou esforços na recuperação de suas margens operacionais através de projetos de redução de custos e ajustes nos preços a fim de recompor as perdas inflacionárias. Através de resultados sólidos a Companhia consolida a sua posição como principal fornecedor nacional de tecidos leves, 100% algodão, para vestuário e decoração.

Adicionalmente a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido da Controladora alcançou 3,64% em 2013, com uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 30.812 mil e lucro líquido de R\$ 5.353 mil, apresentando um crescimento de 5,89% e 3,48%, respectivamente, quando comparados com 2012.

## I – Vendas

As vendas físicas da Companhia em 2013 consolidaram 23.606 mil metros lineares de tecidos, representando uma queda de 6,6% frente à registrada em 2012. A redução das vendas foi mais acentuada no Mercado Externo, reflexo da conjuntura global, onde registramos um volume 17,18% a menor quando comparado com 2012, enquanto no Mercado Interno observa-se uma redução de 3,45%.

Entretanto, ressalta-se que os reajustes de preços realizados ao longo do ano de 2013 compensaram parcialmente o efeito da queda da Receita Líquida que registrou uma redução de 1,67% na análise comparativa com 2012.

## II - Produção

A produção física em 2013 totalizou 24.038 mil metros lineares e praticamente não sofreu alteração na análise comparativa com 2012, apresentando uma variação a menor de - 0,64% frente à produção registrada daquele ano que foi de 24.193 mil metros lineares. Este comportamento expressa a busca da Administração na adequação dos estoques a estimativa de demanda.

## III - Resultados

### a) Receita Líquida de vendas:

A receita líquida alcançou R\$189.468 mil em 2013, o que representou uma redução de 1,67% frente a 2012, tendo como principal razão a redução dos volumes de vendas.

### b) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou em 2013 R\$ 144.352 mil, representando uma redução de 8,41% em relação a 2012, fruto do menor volume de vendas registrado e do resultado de projetos de redução de custos que impactaram positivamente nos custos unitários, gerando uma queda de 1,9% frente a 2012.

### c) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As despesas Comerciais, Gerais e Administrativas em 2013 somaram R\$ 35.550 mil o que representa um crescimento 4,58% em relação a 2012.

Este aumento deveu-se a contratação de consultorias e assessores jurídicos para acompanhamento e encerramento de processos judiciais.

## d) Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido em 2013 totalizou R\$ 2.404 mil, representando uma variação positiva de 24,05% frente a 2012. Este aumento de receita financeira total está diretamente relacionado ao esforço feito pela Companhia em diminuir o endividamento em R\$ 12.873 mil e conseqüentemente os custos do serviço da dívida.

## e) EBITDA e Resultado líquido do exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2013 foi de R\$ 22.518 mil, 6% maior em relação ao ano anterior que foi de R\$ 21.245 mil, impactado positivamente pela melhoria observada na margem bruta percentual (Margem Bruta / Receita Líquida) em 30,8%, gerada a partir da revisão dos preços e redução de custos.

Foi lançado no resultado provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$ 2.878 mil e baixa para perda de ativo intangível no valor de R\$ 1.951 mil.

O EBITDA ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho.

### Reconciliação do EBITDA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Lucro líquido</b>	5.353	5.173
(+) IRPJ e CSLL	1.678	2.008
(-) Resultado financeiro	(2.349)	(1.938)
(+) Depreciação e Amortização	9.202	8.294
(+) Participação empregados	-	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(183)	(829)
<b>EBITDA (segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)</b>	<u>13.701</u>	<u>12.708</u>
(+) Efeitos líquidos IFRS	8.817	8.537
<b>EBITDA ajustado</b>	<u>22.518</u>	<u>21.245</u>
<b>Margem Ebitda ajustado em relação a receita líquida</b>	11,88%	11,03%

O resultado líquido do exercício em 2013 foi de R\$ 5.353 mil frente a R\$ 5.173 mil apurado em 2012.

## f) Endividamento

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Composição da Dívida Líquida		
Dívida de curto prazo (a)	35.109	27.499
Dívida de longo prazo (a)	40.669	61.152
<b>Dívida bruta</b>	<b>75.778</b>	<b>88.651</b>
Caixa e equivalente caixa (b)	14.246	16.302
Títulos e valores mobiliários - circulante (b)	9.300	9.665
<b>Dívida líquida (a-b)</b>	<b>52.232</b>	<b>62.684</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>146.976</b>	<b>143.261</b>
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>22.518</b>	<b>21.245</b>
Alavancagem financeira		
Dívida bruta/(Dívida bruta + PL)	34,02%	38,23%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	26,22%	30,44%
Dívida líquida / EBITDA do ano	2,32	2,95

## IV - Programa de Investimentos de capital

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando recursos da ordem de R\$ 4.568 mil.

Para o próximo exercício, além da continuidade dos projetos iniciados em 2013, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 10.645 mil, em projetos de melhoria e manutenção da capacidade produtiva instalada.

## V - Gestão de recursos humanos

Chegamos ao final de 2013 com 1.345 funcionários ativos. A Companhia oferece a seus funcionários benefícios diversos, dentre os quais destacamos: planos de assistência médica e odontológica, cesta básica, refeitório, seguro de vida e plano de aposentadoria complementar. A política de desenvolvimento de RH e treinamento da Companhia consiste em ações empresariais que visam ampliar, desenvolver e aperfeiçoar as habilidades do colaborador para seu crescimento profissional.

## VI - Instrução CVM 381/03

Em atendimento à Instrução Nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos o seguinte:

## Resultados de 2013

- 1) Em 2013, a Companhia Industrial Cataguases e sua controlada informam que durante o exercício não adquiriram serviços de seus Auditores Externos, a não ser aqueles estritamente relacionados com a análise e emissão de parecer em relação as suas Demonstrações Financeiras.
- 2) Em 2012, a Companhia pagou honorários à empresa Ernst & Young no montante de R\$ 268,3 mil, os quais abrangem os serviços de auditoria externa e outros trabalhos específicos, cujas características são demonstradas a seguir:

<b>(a) Serviços de auditoria externa obrigatórios</b>			
Período	Duração	Honorários	% sobre o valor total pago a EY
Janeiro a Dezembro	12 meses	R\$ 226,5 mil	84%
Os serviços legais obrigatórios de auditoria externa compreendem a revisão das informações trimestrais (ITRs) dos períodos encerrados em março, junho e setembro de 2012 e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (DFP) e horas adicionais.			
<b>(b) Outros serviços</b>			
Período	Duração	Honorários	% sobre o valor total pago a EY
Janeiro a Dezembro	12 meses	R\$ 41,8 mil	16%
Serviços prestados com objetivo de apoiar a Administração da Companhia na identificação de deficiências na estrutura de controles internos dos processos relacionados à preparação das informações contábeis da investida indireta Caporena Comercio de Camisas Ltda e ao registro de transações com partes relacionadas.			

A exposição justificativa dos auditores independentes à administração da companhia referente os serviços de auditoria externa foi a seguinte:

“Com relação a outros trabalhos específicos (período de janeiro a dezembro de 2012), requisitado pela Administração da Companhia Industrial Cataguases, informamos que, a nosso ver, os referidos trabalhos não caracterizam a perda da nossa objetividade e independência na atuação como Auditores Independentes.”

- 3) A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal independência é obtida pela prestação dos serviços por profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

## VII - Administração

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2013 reeleger o Conselho de Administração, cujo mandato vigorará até a realização da próxima Assembléia Geral Ordinária.

## VIII - Perspectivas

Dados do relatório “Situação Econômica Mundial e Perspectivas 2014” publicado pelas Nações Unidas (ONU) sinalizam um crescimento americano de 2,5% em 2014, enquanto para Europa Ocidental a expectativa projetada gira em torno de 1,5%.

Esperamos a continuidade da retomada econômica dos Estados Unidos e pequeno crescimento na Comunidade Européia.

Na América Latina, seguem as incertezas com relação à Argentina que tem alta relevância na pauta de exportação da Companhia.

No mercado interno, esperamos um ano desafiador devido ao ambiente de baixo crescimento econômico, com expectativa do PIB abaixo de 2% segundo o Banco Central - BACEN, pressão inflacionária, baixa liquidez no mercado aliada a aumento da taxa de juros acima de 2 dígitos e continuidade da forte concorrência com produtos importados.

Neste cenário doméstico, temos como expectativa que o consumo não seja planejado com antecedência e sim originado pelas oportunidades que se formarem a cada momento no mercado. A Indústria será pressionada a acompanhar estas oscilações acentuadas que se formarão para abastecer a demanda em 2014.

Apesar do cenário de incerteza, a Companhia projeta para 2014 retornar as margens líquidas (Lucro Líquido / Receita Líquida) a 5,1% através de um plano de recuperação dos volumes de vendas na ordem de 15% e dando continuidade aos projetos de controle e redução de custos.

## IX - Dividendos

A Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.657 mil em 2013 (R\$1.715 mil em 2012).

## X - Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia Industrial Cataguases em 2013; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cataguases (MG), 27 de fevereiro de 2013.

A Administração.

# Resultados de 2013



## Companhia Industrial Cataguases

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2013, 2012 e 01 de janeiro de 2012  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			(reapresentado)			(reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.246	16.302	18.681	20.537	19.561	20.345
Títulos e valores mobiliários	8	9.300	9.665	2.231	9.300	9.665	2.231
Contas a receber de clientes	9	47.789	45.388	52.606	47.789	48.151	56.587
Estoques	10	63.791	56.125	60.783	64.430	56.764	61.756
Impostos a recuperar	11	2.301	1.788	6.020	2.301	1.818	6.069
Partes relacionadas	20	1.123	535	1.047	951	293	277
Outros ativos	12	3.893	2.851	3.529	4.041	2.904	3.605
		<b>142.443</b>	132.654	144.897	<b>149.349</b>	139.156	150.870
Ativos de operações descontinuadas	30	-	-	-	29	120	-
Não circulante							
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	-	-	1.883
Impostos a recuperar	11	6.459	12.597	5.870	6.459	12.709	5.870
Depósitos Judiciais	23	1.487	4.923	5.343	1.487	4.923	5.343
Títulos e valores mobiliários	8	416	424	4.122	416	424	4.122
Partes relacionadas	20	266	266	332	-	-	-
Outros ativos	12	-	25	1.226	-	25	1.226
Investimentos	13	14.019	13.825	14.777	107	81	60
Propriedade para investimentos	14	600	600	600	7.806	7.806	7.806
Imobilizado	15	100.876	101.940	104.614	100.893	101.975	104.776
Intangível	16	2.068	4.866	4.400	2.068	4.866	4.405
		<b>126.191</b>	139.466	141.284	<b>119.236</b>	132.809	135.491
		<b>268.634</b>	272.120	286.181	<b>268.614</b>	272.085	286.361



# Resultados de 2013



	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Passivo							
Circulante			(reapresentado)			(reapresentado)	
Fornecedores	17	7.195	3.791	5.451	7.194	3.791	5.484
Salários e contribuições sociais		1.206	926	1.425	1.211	926	1.456
Empréstimos e financiamentos	19	35.109	27.499	29.112	35.109	27.499	29.112
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.464	1.531	5.111	1.464	1.531	5.111
Obrigações tributárias	21	455	181	638	496	202	682
Participações empregados		-	-	2.195	-	-	2.195
Provisões diversas	22	4.184	4.051	5.799	4.184	4.051	5.799
Partes relacionadas	20	667	844	1.548	667	844	1.548
Outros passivos		3.889	1.925	2.859	3.912	1.942	2.925
		<b>54.169</b>	40.748	54.138	<b>54.237</b>	40.786	54.312
Passivos de operações descontinuadas	30	-	-	-	853	634	-
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	19	40.669	61.152	57.971	40.669	61.152	57.971
Obrigações tributárias	21	100	142	176	100	225	176
Provisões para riscos	23	15.420	13.859	16.195	15.420	13.859	16.195
Passivo fiscal diferido	18	11.300	12.958	11.166	11.271	12.958	11.137
Outros passivos		-	-	-	-	-	333
		<b>67.489</b>	88.111	85.508	<b>67.460</b>	88.194	85.812
Patrimônio líquido	24						
Capital social		73.289	73.289	73.289	73.289	73.289	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial		31.251	31.799	32.384	31.251	31.799	32.384
Reservas de lucros		42.436	38.173	40.862	42.436	38.173	40.862
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<b>146.976</b>	143.261	146.535	<b>146.976</b>	143.261	146.535
Participação dos não controladores		-	-	-	(912)	(790)	(298)
		<b>146.976</b>	143.261	146.535	<b>146.064</b>	142.471	146.237
		<b>268.634</b>	272.120	286.181	<b>268.614</b>	272.085	286.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita Líquida	25	189.468	192.686	189.472	193.083
Custos das vendas	26	(144.352)	(157.604)	(144.352)	(157.720)
Lucro bruto		45.116	35.082	45.120	35.363
Receitas/(despesas)					
Despesas com vendas	26	(23.333)	(23.032)	(23.333)	(23.032)
Despesas administrativas	26	(12.217)	(10.961)	(12.341)	(10.983)
Outras receitas/(despesas)		(5.122)	3.325	(5.127)	3.287
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		4.444	4.414	4.319	4.635
Receita financeira		24.821	25.089	25.370	26.265
Despesa financeira		(22.417)	(23.151)	(22.418)	(23.157)
Receitas financeiras líquidas	27	2.404	1.938	2.952	3.108
Resultado de equivalência patrimonial		183	829	-	-
Resultado antes dos impostos operações continuadas		7.031	7.181	7.271	7.743
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(3.054)	99	(3.177)	99
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	1.376	(2.107)	1.376	(2.157)
Resultado líquido do exercício operações continuadas		5.353	5.173	5.470	5.685
Resultado líquido do exercício operações descontinuadas	30	-	-	(239)	(1.004)
Resultado líquido do exercício atribuído:		5.353	5.173	5.231	4.681
Participação dos acionistas controladores	29	5.353	5.173	5.353	5.173
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	(122)	(492)
Lucro líquido do exercício		5.353	5.173	5.231	4.681
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)		36,81	35,57		
Resultado básico e diluído por ação preferencial(R\$)		40,49	39,13		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Lucro líquido do período	<b>5.353</b>	5.173	<b>5.231</b>	4.681
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos.	<b>5.353</b>	5.173	<b>5.231</b>	4.681
Lucro atribuível a:				
Acionistas não controladores	-	-	<b>(122)</b>	(492)
Acionistas controladores	<b>5.353</b>	5.173	<b>5.353</b>	5.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Resultados de 2013



## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2013, 2012 e 01 de janeiro de 2012  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores no patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção	Proposta de distr. Lucros acumulados dividendo adicional					
Saldo em 01 de janeiro de 2012 - reapresentado	73.289	5.345	28.763	6.754	-	32.384	146.535	(298)	146.237
Dividendos não reclamados	-	-	22	-	-	-	22	-	22
Dividendos pagos	-	-	-	(6.754)	-	-	(6.754)	-	(6.754)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	585	(585)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.173	-	5.173	(492)	4.681
Destinações:									
Reserva legal	-	259	-	-	(259)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.715)	-	(1.715)	-	(1.715)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.784	-	(3.784)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 - reapresentado	<b>73.289</b>	<b>5.604</b>	<b>32.569</b>	-	-	<b>31.799</b>	<b>143.261</b>	<b>(790)</b>	<b>142.471</b>
Dividendos não reclamados	-	-	19	-	-	-	19	-	19
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	548	(548)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.353	-	5.353	(122)	5.231
Destinações:									
Reserva legal	-	268	-	-	(268)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.657)	-	(1.657)	-	(1.657)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.976	-	(3.976)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<b>73.289</b>	<b>5.872</b>	<b>36.564</b>	-	-	<b>31.251</b>	<b>146.976</b>	<b>(912)</b>	<b>146.064</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/13 a 31/12/13	01/01/12 a 31/12/12	01/01/13 a 31/12/13	01/01/12 a 31/12/12
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da tributação sobre o lucro	7.031	7.181	7.271	7.743
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(239)	(1.004)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação	8.069	7.532	8.087	7.550
Amortização de ativos intangíveis	1.133	762	1.133	762
Atualização de provisão para riscos	2.598	63	2.598	63
Despesas financeiras líquidas não realizadas	10.865	12.532	10.865	12.532
Resultado de equivalência patrimonial	(183)	(829)	-	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	2.695	683	2.695	689
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.376)	1.792	(1.376)	1.821
Outros	1.041	(78)	954	(1.087)
Aumento/diminuição de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(3.697)	7.178	(847)	11.288
Estoque	(7.605)	4.444	(7.605)	4.778
Impostos a recuperar	9.189	(2.222)	9.331	(2.315)
Depósitos judiciais	3.436	420	3.436	420
Partes relacionadas	(588)	578	(658)	(16)
Outros ativos	(941)	2.256	(1.036)	2.279
Ativos de operações descontinuados	-	-	91	(4)
Aumento/diminuição de passivos operacionais				
Fornecedores	3.522	(1.705)	3.521	(1.738)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.564)	(273)	(3.564)	(303)
Imposto de renda e contribuição social	(1.678)	(2.008)	(1.801)	(2.028)
Obrigações tributárias	232	(491)	190	(431)
Provisão para riscos	(1.037)	(2.399)	(1.037)	(2.399)
Partes relacionadas	(177)	(704)	(177)	(704)
Outros passivos	1.847	(5.611)	1.808	(6.024)
Passivos de operações descontinuados	-	-	219	634
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	30.812	29.101	33.859	32.506
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	373	(3.736)	373	(3.736)
Aquisições de investimento	(11)	(19)	(26)	(21)
Recebimento de dividendos	-	1.800	-	-
Aquisições de imobilizado	(7.836)	(5.663)	(7.836)	(5.671)
Baixa de reserva de reavaliação	-	2	-	2
Aquisição de intangível	(199)	(1.106)	(199)	(1.106)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(7.673)	(8.722)	(7.688)	(10.532)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos tomados	22.485	79.363	22.485	79.363
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(40.309)	(84.289)	(40.309)	(84.289)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(5.914)	(5.832)	(5.914)	(5.832)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.457)	(12.000)	(1.457)	(12.000)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	(25.195)	(22.758)	(25.195)	(22.758)
Aumento (reduções) em caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalente de caixa no início do período	16.302	18.681	19.561	20.345
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	14.246	16.302	20.537	19.561
Aumento (reduções) em caixa e equivalente de caixa	(2.056)	(2.379)	976	(784)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Resultados de 2013



## Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do valor adicionado  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/13 a 31/12/13	01/01/12 a 31/12/12	01/01/13 a 31/12/13	01/01/12 a 31/12/12
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	<b>232.529</b>	228.573	<b>232.533</b>	228.985
Outras receitas	<b>725</b>	3.559	<b>725</b>	3.625
Descontos, abatimentos e devoluções	<b>(11.530)</b>	(9.559)	<b>(11.530)</b>	(9.559)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(1.222)</b>	(375)	<b>(1.222)</b>	(375)
	<b>220.502</b>	222.198	<b>220.506</b>	222.676
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(153.730)</b>	(158.293)	<b>(153.931)</b>	(159.044)
Valor adicionado bruto	<b>66.772</b>	63.905	<b>66.575</b>	63.632
Depreciação, amortização e exaustão	<b>(9.202)</b>	(8.294)	<b>(9.220)</b>	(8.312)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>57.570</b>	55.611	<b>57.355</b>	55.320
Resultado de equivalência patrimonial	<b>183</b>	829	-	-
Receitas financeiras	<b>24.821</b>	25.089	<b>25.370</b>	26.265
Valor adicionado total a distribuir	<b>82.574</b>	81.529	<b>82.725</b>	81.585
Distribuição do valor adicionado	<b>82.574</b>	81.529	<b>82.725</b>	81.585
Pessoal	<b>39.632</b>	40.031	<b>39.632</b>	40.031
Impostos, taxas e contribuições	<b>14.892</b>	12.848	<b>15.042</b>	12.898
Remuneração de capitais de terceiros	<b>22.417</b>	23.151	<b>22.418</b>	23.157
Dividendos e juros sobre capital próprio	<b>1.657</b>	1.715	<b>1.657</b>	1.715
Reserva para Investimento	<b>3.976</b>	3.784	<b>3.976</b>	3.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**31 de dezembro de 2013, 2012 e 01 de janeiro de 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

O quadro acionário da Companhia pode ser assim sumarizado:

Acionistas	Ações ordinárias e preferenciais em 31 de Dezembro de 2013	
	Ordinárias (%)	Preferenciais(%)
Célia Peixoto de Barros Lemos	5,89	3,42
Delta Agropecuária e Participações Ltda	37,23	41,74
Energisa S/A	19,27	14,78
Nélia de Souza Peixoto	5,57	2,16
Outros	32,04	37,90
Total	100	100

No exercício, a acionista Delta Agropecuária e Participações Ltda adquiriu 16,74% de ações ordinárias e de 27,41% de ações preferenciais, negociadas com as acionistas Flávia Rodrigues Peixoto e Dirce Rodrigues Peixoto.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) que compreendem a Lei das Sociedades por Ações bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

### a) Declaração de conformidade--Continuação

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2014.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 23 - Provisões para riscos
- Nota 09 - Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes
- Nota 12 - Constituição de provisão para perda dos créditos precatórios
- Nota 10 – Provisão para perda estoques



## 3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

### a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,95%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra-grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intra-grupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

### d) Capital Social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 10% (dez por cento) maiores que os pagos as ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições financeiras, resgatáveis em até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### g) Imobilizado

#### i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### g) Imobilizado--Continuação

#### ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Vida útil (em anos)</u>
Edificações	18,2
Máquinas e equipamentos	11,1
Instalações	11,1
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

### i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

#### i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013.

#### ii) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)--Continuação

#### ii) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*--Continuação

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. Não possui plano de benefício definido que é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

### m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.



## 3. Políticas contábeis--Continuação

### n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

### o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2013 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

### r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

### s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### t) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### u) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

### v) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

### w) Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### w) Instrumentos financeiros--Continuação

## Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

## Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

## Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

## 3. Políticas contábeis--Continuação

### w) Instrumentos financeiros--Continuação

#### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado

## 4. Pronunciamentos novos ou revisados

### 4.1. Pronunciamentos novos ou revisados em vigor em 31 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia

A alteração das normas descritas a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não teve impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 ( R ) (CPC 35 R2 e 36 R3)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 ( R ) (CPC 18 R2 e 19 R2)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 39 (CPC 38)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12 (CPC 45)	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13 (CPC 46)	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
Alterações ao CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013

### 4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

- IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos –

Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

## 4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

### 4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

- IFRIC 21 – Tributos – O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.

A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

## 5. Reapresentação dos valores correspondentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de suas demonstrações financeiras e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras para efeito de comparabilidade.

Assim, em atendimento ao CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, a Companhia efetuou retrospectivamente os ajustes e reclassificações descritos a seguir, como forma de garantir a comparabilidade das informações apresentadas no balanço patrimonial individual e consolidado:

- a) Imposto de renda e a Contribuição social sobre a reversão do ajuste de avaliação patrimonial;
- b) Na controladora refere-se a baixa custo atribuído (R\$ 673) líquido de depreciação acumulada (R\$ 184). No consolidado além da baixa do custo atribuído líquido de depreciação, foi efetuado a reclassificação do Imobilizado da Controlada Dominio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda para Propriedade para Investimento no valor de R\$7.206;
- c) Reclassificação do Imobilizado da Controlada Dominio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda para Propriedade para Investimento, no valor de R\$ 7.206;



## 5. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

- d) Baixa do custo atribuído (R\$ 673) líquido de depreciação acumulada (R\$ 184) e mais a reversão do ajuste de avaliação (R\$ 673) líquido do imposto de renda e contribuição social (R\$ 229).

Os ajustes acima descritos não produziram efeitos nas Demonstrações de Resultado e dos Fluxos de Caixa dos períodos anteriores.

### 5.1. Reapresentação do Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012

	Controladora					
	31/12/2012			01/01/2012		
	(publicado)	(ajustes)	(reapresentado)	(publicado)	(ajustes)	(reapresentado)
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	16.302	-	16.302	18.681	-	18.681
Títulos e valores mobiliários	9.665	-	9.665	2.231	-	2.231
Contas a receber de clientes	45.388	-	45.388	52.606	-	52.606
Estoques	56.125	-	56.125	60.783	-	60.783
Impostos a recuperar (a)	2.017	(229)	1.788	6.249	(229)	6.020
Partes Relacionadas	535	-	535	1.047	-	1.047
Outros ativos	2.851	-	2.851	3.529	-	3.529
	<u>132.883</u>	<u>(229)</u>	<u>132.654</u>	<u>145.126</u>	<u>(229)</u>	<u>144.897</u>
<b>Não circulante</b>						
Impostos a recuperar	12.597	-	12.597	5.870	-	5.870
Depósitos Judiciais	4.923	-	4.923	5.343	-	5.343
Títulos e valores mobiliários	424	-	424	4.122	-	4.122
Partes Relacionadas	266	-	266	332	-	332
Outros ativos	25	-	25	1.226	-	1.226
Investimentos	13.825	-	13.825	14.777	-	14.777
Propriedade para investimentos	600	-	600	600	-	600
Imobilizado (b)	102.429	(489)	101.940	105.103	(489)	104.614
Intangível	4.866	-	4.866	4.400	-	4.400
	<u>139.955</u>	<u>(489)</u>	<u>139.466</u>	<u>141.773</u>	<u>(489)</u>	<u>141.284</u>
	<u>272.838</u>	<u>(718)</u>	<u>272.120</u>	<u>286.899</u>	<u>(718)</u>	<u>286.181</u>

## 5. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

### 5.1. Reapresentação do Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012--Continuação

	Controladora					
	31/12/2012			01/01/2012		
	(publicado)	(ajustes)	(reapresentado)	(publicado)	(ajustes)	(reapresentado)
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	3.791	-	3.791	5.451	-	5.451
Salários e contribuições sociais	926	-	926	1.425	-	1.425
Empréstimos e financiamentos	27.499	-	27.499	29.112	-	29.112
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.531	-	1.531	5.111	-	5.111
Obrigações tributárias	181	-	181	638	-	638
Participações empregados	-	-	-	2.195	-	2.195
Provisões diversas	4.051	-	4.051	5.799	-	5.799
Partes Relacionadas	844	-	844	1.548	-	1.548
Outros passivos	1.925	-	1.925	2.859	-	2.859
	40.748	-	40.748	54.138	-	54.138
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	61.152	-	61.152	57.971	-	57.971
Obrigações tributárias	142	-	142	176	-	176
Provisões para riscos	13.859	-	13.859	16.195	-	16.195
Passivo fiscal diferido (a)	13.187	(229)	12.958	11.395	(229)	11.166
	88.340	(229)	88.111	85.737	(229)	85.508
Patrimônio líquido						
Capital social	73.289	-	73.289	73.289	-	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial (d)	32.243	(444)	31.799	32.828	(444)	32.384
Reservas de lucros (d)	38.218	(45)	38.173	40.907	(45)	40.862
	143.750	(489)	143.261	147.024	(489)	146.535
	272.838	(718)	272.120	286.899	(718)	286.181

## 5. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

### 5.1. Reapresentação do Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2012			01/01/2012		
	(publicado)	(ajustes)	(reapresentado)	(publicado)	(ajustes)	(reapresentado)
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	19.561	-	19.561	20.345	-	20.345
Títulos e valores mobiliários	9.665	-	9.665	2.231	-	2.231
Contas a receber de clientes	48.151	-	48.151	56.587	-	56.587
Estoques	56.764	-	56.764	61.756	-	61.756
Impostos a recuperar (a)	2.047	(229)	1.818	6.298	(229)	6.069
Partes Relacionadas	293	-	293	277	-	277
Outros ativos	2.904	-	2.904	3.605	-	3.605
	139.385	(229)	139.156	151.099	(229)	150.870
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>	120	-	120	-	-	-
<b>Não circulante</b>						
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.883	-	1.883
Impostos a recuperar	12.709	-	12.709	5.870	-	5.870
Depósitos Judiciais	4.923	-	4.923	5.343	-	5.343
Títulos e valores mobiliários	424	-	424	4.122	-	4.122
Outros ativos	25	-	25	1.226	-	1.226
Investimentos	81	-	81	60	-	60
Propriedade para investimentos (c)	600	7.206	7.806	600	7.206	7.806
Imobilizado (b) (c)	109.670	(7.695)	101.975	112.471	(7.695)	104.776
Intangível	4.866	-	4.866	4.405	-	4.405
	133.298	(489)	132.809	135.980	(489)	135.491
	272.803	(718)	272.085	287.079	(718)	286.361

## 5. Reapresentação dos valores correspondentes --Continuação

### 5.1. Reapresentação do Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2012			01/01/2012		
	(Publicado)	(Ajustes)	(Reapresentado)	(Publicado)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	3.791	-	3.791	5.484	-	5.484
Salários e contribuições sociais	926	-	926	1.456	-	1.456
Empréstimos e financiamentos	27.499	-	27.499	29.112	-	29.112
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.531	-	1.531	5.111	-	5.111
Obrigações tributárias	202	-	202	682	-	682
Participações empregados	-	-	-	2.195	-	2.195
Provisões diversas	4.051	-	4.051	5.799	-	5.799
Partes Relacionadas	844	-	844	1.548	-	1.548
Outros passivos	1.942	-	1.942	2.925	-	2.925
	40.786	-	40.786	54.312	-	54.312
Passivos de operações descontinuadas	634	-	634	-	-	-
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	61.152	-	61.152	57.971	-	57.971
Obrigações tributárias	225	-	225	176	-	176
Provisões para riscos	13.859	-	13.859	16.195	-	16.195
Passivo fiscal diferido (a)	13.187	(229)	12.958	11.366	(229)	11.137
Outros passivos	-	-	-	333	-	333
	88.423	(229)	88.194	86.041	(229)	85.812
Patrimônio líquido						
Capital social	73.289	-	73.289	73.289	-	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial (d)	32.243	(444)	31.799	32.828	(444)	32.384
Reservas de lucros (d)	38.218	(45)	38.173	40.907	(45)	40.862
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	143.750	(489)	143.261	147.024	(489)	146.535
Participação dos não controladores	(790)	-	(790)	(298)	-	(298)
	142.960	(489)	142.471	146.726	(489)	146.237
	272.803	(718)	272.085	287.079	(718)	286.361

## 6. Segmentos operacionais

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8) e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e sua controlada que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Um segmento é um componente da Companhia, destinado à fabricação de produtos e serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações diferentes daqueles outros segmentos. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos utilizados para tomada de decisão e para gerenciamento interno da Companhia e sua controlada são mercado interno e mercado externo.

Os resultados, ativos e passivos por segmento, consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

	Controladora								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Ativo									
Circulante	120.002	22.441	142.443	107.960	24.694	132.654	118.184	26.713	144.897
Realizável a longo prazo	7.269	1.359	8.628	14.841	3.394	18.235	13.779	3.114	16.893
Investimento	12.316	2.303	14.619	11.740	2.685	14.425	12.542	2.835	15.377
Imobilizado	84.984	15.892	100.876	82.964	18.976	101.940	85.327	19.287	104.614
Intangível	1.742	326	2.068	3.960	906	4.866	3.589	811	4.400
	<b>226.313</b>	<b>42.321</b>	<b>268.634</b>	<b>221.465</b>	<b>50.655</b>	<b>272.120</b>	<b>233.421</b>	<b>52.760</b>	<b>286.181</b>
Passivo									
Circulante	45.635	8.534	54.169	33.163	7.585	40.748	44.157	9.981	54.138
Não circulante	56.857	10.632	67.489	71.709	16.402	88.111	69.744	15.764	85.508
Patrimônio líquido	123.821	23.155	146.976	116.593	26.668	143.261	119.520	27.015	146.535
	<b>226.313</b>	<b>42.321</b>	<b>268.634</b>	<b>221.465</b>	<b>50.655</b>	<b>272.120</b>	<b>233.421</b>	<b>52.760</b>	<b>286.181</b>

	Controladora					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Receita Operacional Líquida	153.349	36.119	189.468	151.359	41.327	192.686
Custo dos produtos vendidos	(117.525)	(26.827)	(144.352)	(124.450)	(33.154)	(157.604)
Lucro bruto	35.824	9.292	45.116	26.909	8.173	35.082
Receitas (despesas) operacionais	(31.338)	(9.334)	(40.672)	(23.763)	(6.905)	(30.668)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.486	(42)	4.444	3.146	1.268	4.414
Resultado financeiro líquido	2.278	126	2.404	1.783	155	1.938
Despesas financeiras	(18.504)	(3.913)	(22.417)	(18.239)	(4.912)	(23.151)
Receitas financeiras	20.782	4.039	24.821	20.022	5.067	25.089
Equivalência patrimonial	157	26	183	694	135	829
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	6.921	110	7.031	5.623	1.558	7.181
Imposto de renda e contribuição social	(1.529)	(149)	(1.678)	(1.499)	(509)	(2.008)
Resultado do exercício	<b>5.392</b>	<b>(39)</b>	<b>5.353</b>	<b>4.124</b>	<b>1.049</b>	<b>5.173</b>

6. Segmentos operacionais--Continuação

	Consolidado								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Ativo									
Circulante	125.820	23.529	149.349	113.252	25.904	139.156	123.056	27.814	150.870
Realizável a longo prazo	7.045	1.317	8.362	14.715	3.366	18.081	15.044	3.400	18.444
Investimento	6.666	1.247	7.913	6.419	1.468	7.887	6.416	1.450	7.866
Imobilizado	84.998	15.895	100.893	82.992	18.983	101.975	85.459	19.317	104.776
Intangível	1.742	326	2.068	3.960	906	4.866	3.593	812	4.405
Ativo de operações descontinuadas	24	5	29	98	22	120	-	-	-
	<b>226.296</b>	<b>42.318</b>	<b>268.614</b>	<b>221.436</b>	<b>50.649</b>	<b>272.085</b>	<b>233.567</b>	<b>52.794</b>	<b>286.361</b>
Passivo									
Circulante	45.692	8.545	54.237	33.194	7.592	40.786	44.299	10.013	54.312
Não circulante	56.832	10.628	67.460	71.777	16.417	88.194	69.992	15.820	85.812
Patrimônio líquido	123.821	23.155	146.976	116.593	26.668	143.261	119.520	27.015	146.535
Participação dos não controladores	(768)	(144)	(912)	(643)	(147)	(790)	(243)	(55)	(298)
Passivo de operações descontinuadas	719	134	853	516	118	634	-	-	-
	<b>226.296</b>	<b>42.318</b>	<b>268.614</b>	<b>221.436</b>	<b>50.649</b>	<b>272.085</b>	<b>233.567</b>	<b>52.794</b>	<b>286.361</b>

## 6. Segmentos operacionais--Continuação

	31/12/2013			31/12/2012		
	Consolidado	Consolidado		Consolidado		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Receita Operacional líquida	153.353	36.119	189.472	151.756	41.327	193.083
Custo dos produtos vendidos	(117.525)	(26.827)	(144.352)	(124.566)	(33.154)	(157.720)
Lucro bruto	35.828	9.292	45.120	27.190	8.173	35.363
Receitas (despesas) operacionais	(31.467)	(9.334)	(40.801)	(23.823)	(6.905)	(30.728)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.361	(42)	4.319	3.367	1.268	4.635
Resultado financeiro líquido	2.826	126	2.952	2.953	155	3.108
Despesas financeiras	(18.505)	(3.913)	(22.418)	(18.245)	(4.912)	(23.157)
Receitas financeiras	21.331	4.039	25.370	21.198	5.067	26.265
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL operações continuadas	7.187	84	7.271	6.320	1.423	7.743
Imposto de renda e contribuição social	(1.652)	(149)	(1.801)	(1.549)	(509)	(2.058)
Resultado do exercício operações continuadas	5.535	(65)	5.470	4.771	914	5.685
Resultado do exercício operações descontinuadas	(239)	-	(239)	(1.004)	-	(1.004)
Resultado do exercício	5.296	(65)	5.231	3.767	914	4.681

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e Bancos	4.041	6.315	4.337	4.046	9.574	4.892
Aplicações Financeiras	10.205	9.987	14.344	16.491	9.987	15.453
	<b>14.246</b>	<b>16.302</b>	<b>18.681</b>	<b>20.537</b>	<b>19.561</b>	<b>20.345</b>

As aplicações financeiras possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se, substancialmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures e Certificado de Depósito Bancário (“CDB”).

## 8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Títulos e valores mobiliários	9.716	10.089	6.353	9.716	10.089	6.353
Circulante	9.300	9.665	2.231	9.300	9.665	2.231
Não Circulante	416	424	4.122	416	424	4.122

Referem, substancialmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxa média de 103% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

## 9. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Mercado interno	43.302	39.989	44.734	43.302	42.839	51.694
Mercado externo	9.743	9.359	11.792	9.743	9.359	11.792
	<b>53.045</b>	<b>49.348</b>	<b>56.526</b>	<b>53.045</b>	<b>52.198</b>	<b>63.486</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.027)	(2.805)	(2.430)	(4.027)	(2.805)	(2.430)
Ajuste a valor presente	(1.229)	(1.155)	(1.490)	(1.229)	(1.242)	(2.586)
	<b>47.789</b>	<b>45.388</b>	<b>52.606</b>	<b>47.789</b>	<b>48.151</b>	<b>58.470</b>
<b>Circulante</b>	<b>47.789</b>	<b>45.388</b>	<b>52.606</b>	<b>47.789</b>	<b>48.151</b>	<b>56.587</b>
<b>Não Circulante</b>	-	-	-	-	-	<b>1.883</b>

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 90 dias sendo descontado na mesma taxa das operações. Foi utilizada a taxa média de desconto de 1,89% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.



## 9. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2012	Adições	Baixas	31/12/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.430	375	-	2.805
	2.430	375	-	2.805

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.805	1.222	-	4.027
	2.805	1.222	-	4.027

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos a mais de 90 dias.

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Duplicatas a vencer	46.073	42.425	50.338	46.073	44.925	57.298
Duplicatas vencidas						
De 1 a 30 dias	1.915	2.711	2.577	1.915	3.061	2.577
De 31 a 60 dias	236	1.062	270	236	1.062	270
De 61 a 90 dias	445	231	96	445	231	96
Acima de 90 dias	4.376	2.919	3.245	4.376	2.919	3.245
	53.045	49.348	56.526	53.045	52.198	63.486

## 10. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Produtos acabados	17.447	17.408	19.752	18.086	18.047	20.725
Produtos em processamento	16.846	17.537	22.063	16.846	17.537	22.063
Matérias primas	22.098	17.405	13.897	22.098	17.405	13.897
Almoxarifado	8.748	5.184	6.266	8.748	5.184	6.266
	65.139	57.534	61.978	65.778	58.173	62.951
Provisão para perdas de estoque	(1.348)	(1.409)	(1.195)	(1.348)	(1.409)	(1.195)
	63.791	56.125	60.783	64.430	56.764	61.756

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

## 10. Estoques--Continuação

Movimentação da provisão para perda de estoque:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 01/01/2012	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2012
Provisão para perda Estoque	1.195	214	-	1.409
	1.195	214	-	1.409

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2013
Provisão para perda Estoque	1.409	-	(61)	1.348
	1.409	-	(61)	1.348

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante reconhecido como reversão de provisão no resultado foi de R\$61 (em 2012 despesa líquida de R\$214).

## 11. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IR/CS corrente	1.404	1.366	3.531	1.404	1.508	3.580
IR/CS parcelamento Paex	2.176	2.067	1.019	2.176	2.067	1.019
ICMS	4.724	10.385	5.983	4.724	10.385	5.983
INSS	13	274	1.034	13	274	1.034
Outros impostos	443	293	323	443	293	323
	8.760	14.385	11.890	8.760	14.527	11.939
Circulante	2.301	1.788	6.020	2.301	1.818	6.069
Não circulante	6.459	12.597	5.870	6.459	12.709	5.870

Composição do saldo ICMS a recuperar:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS – TUSD (a)	-	3.916	3.916	-	3.916	3.916
ICMS – Imobilizado (b)	1.037	1.164	1.431	1.037	1.164	1.431
ICMS – Outros (c)	3.687	5.305	636	3.687	5.305	636
	4.724	10.385	5.983	4.724	10.385	5.983

## 11. Impostos a recuperar--Continuação

- a) Crédito de ICMS decorrente de documento fiscal emitido para Cobrança de Tarifa de Uso da Rede do Sistema Nota Nacional de Energia Elétrica (TUSD). A Companhia protocolou pedido junto aos órgãos competentes da dispensa do débito, e solicitou a liberação do depósito judicial a seu favor, com base na Lei Estadual 20.540, que autoriza o poder executivo a dispensar do pagamento do ICMS, as multas e juros relativos aos encargos de Conexão e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD. Após a homologação e deferimento do pedido, a Companhia reverteu o crédito de ICMS registrado bem como o passivo junto a concessionária de energia elétrica e levantou o depósito judicial conforme nota explicativa nº 23.
- b) Crédito ICMS decorrente aquisição de ativo imobilizado a ser recuperado, conforme legislação, à taxa de 1/48 (um quarenta e oito avos) por operação de compra.
- c) Crédito de ICMS decorrente, basicamente, de operações comerciais de exportação e do incentivo fiscal obtido através do programa PROALMINAS – Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Algodão. Apurada com base nas operações de vendas da matriz para o mercado interno e nas transferências totais do estoque de produto acabado da matriz para o centro de distribuição. Em 24 de maio de 2013 através da Resolução 4.547, tendo em vista o disposto no § 8º do art. 75-A do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, o Governo Estadual alterou a sistemática de apuração para o crédito presumido, sendo calculado sobre as saídas tributadas da Matriz e Centro de Distribuição e trimestralmente deve ser estornada a parcela excedente do crédito presumido do ICMS, decorrente de entrada de mercadorias ou bens ou de utilização de serviços acumulada com a apropriação de crédito presumido. No ano de 2013, a parcela excedente de crédito presumido que foi estornado em função da mudança da sistemática de apuração monta o valor de R\$ 1.021.

## 12. Outros ativos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Adiantamento a despachantes aduaneiros	127	157	166	127	157	166
Despesas antecipadas	257	83	1.568	259	83	1.568
Créditos Precatórios (i)	1.531	1.454	2.328	1.531	1.454	2.328
Crédito de ICMS (ii)	869	-	-	869	-	-
Empréstimo a terceiros	320	98	-	320	98	-
Adiantamento a funcionários	733	1.007	477	733	1.007	477
Outros	56	77	216	202	130	292
	<b>3.893</b>	<b>2.876</b>	<b>4.755</b>	<b>4.041</b>	<b>2.929</b>	<b>4.831</b>
Circulante	<b>3.893</b>	2.851	3.529	<b>4.041</b>	2.904	3.605
Não circulante	-	25	1.226	-	25	1.226

(i) Referem-se a títulos adquiridos junto a terceiros, pela Companhia, com previsão de resgate, durante o exercício de 2014, em parcelas fixas e determinadas pelo Tesouro Nacional.

(ii) Refere-se a créditos de ICMS negociados, que estão aguardando a liberação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais.

## 13. Investimentos (Controladora)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Avaliados ao custo	84	77	58	107	81	60
Avaliados pela equivalência patrimonial	13.935	13.748	14.719	-	-	-
	<b>14.019</b>	<b>13.825</b>	<b>14.777</b>	<b>107</b>	<b>81</b>	<b>60</b>

### a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	<b>10.626.795</b>	10.623.606	10.623.606
Patrimônio Líquido	<b>13.938</b>	13.755	14.727
Lucro líquido do exercício	<b>183</b>	829	6.994
% de participação	<b>99,98</b>	99,95	99,95

  

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Domínio Imobiliária			
Ativo	<b>15.312</b>	14.973	15.254
Passivo	<b>1.374</b>	1.218	527
Patrimônio Líquido	<b>13.938</b>	13.755	14.727
Receita líquida	<b>4</b>	397	10.966
Lucro líquido	<b>183</b>	829	6.994

### b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. No decorrer do exercício de 2013 foram solicitados pelo Conselho de Administração estudos específicos, aos quais após análise, não identificaram riscos adicionais que possa trazer efeitos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

## 13. Investimentos (Controladora)--Continuação

- b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – Controlada indireta -- Continuação

	<u>31/12/2013</u>
Quotas possuídas – Caporena	5.100
Patrimônio líquido	(1.868)
Prejuízo no período	(239)
% de participação	51

- c) Movimentação dos investimentos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Saldo inicial	13.825	14.777	8.409
Resultado de equivalência patrimonial	183	829	6.990
Ganho alteração no percentual participação	4	-	3.079
Dividendos pagos	-	(1.800)	(3.701)
Integralização de capital por distribuição de sobras	7	19	-
Saldo final:	<u>14.019</u>	<u>13.825</u>	<u>14.777</u>

## 14. Propriedade para investimentos

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Imóveis (b)	600	600	600
	<u>600</u>	<u>600</u>	<u>600</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Terrenos (a)	7.206	7.206	7.206
Imóveis (b)	600	600	600
	<u>7.806</u>	<u>7.806</u>	<u>7.806</u>

- a) Refere-se a terrenos da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. O seu valor justo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 7.250 (R\$ 7.206 em 31 de dezembro de 2012).
- b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$36 (R\$36 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 783 (R\$ 725 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que os valores apresentados, ou seja, o valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

# Resultados de 2013



## 15. Imobilizado

	Controladora								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	33.769	(10.279)	23.490	32.969	(8.648)	24.321	31.464	(7.043)	24.421
Máquinas e equipamentos	166.470	(114.636)	51.834	162.944	(110.222)	52.722	160.361	(105.690)	54.671
Instalações	18.619	(7.692)	10.927	17.638	(6.832)	10.806	16.712	(6.134)	10.578
Móveis e utensílios	8.618	(5.956)	2.662	7.890	(5.376)	2.514	7.248	(4.919)	2.329
Veículos	3.765	(2.056)	1.709	3.642	(1.664)	1.978	3.619	(1.425)	2.194
Imobilizado em formação	5.120	-	5.120	4.465	-	4.465	5.287	-	5.287
	<b>241.871</b>	<b>(140.995)</b>	<b>100.876</b>	<b>234.866</b>	<b>(132.926)</b>	<b>101.940</b>	<b>230.009</b>	<b>(125.395)</b>	<b>104.614</b>
	Consolidado								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	33.769	(10.279)	23.490	32.969	(8.648)	24.321	31.506	(7.044)	24.462
Máquinas e equipamentos	166.470	(114.636)	51.834	162.944	(110.222)	52.722	160.398	(105.694)	54.704
Instalações	18.619	(7.692)	10.927	17.638	(6.832)	10.806	16.712	(6.134)	10.578
Móveis e utensílios	8.638	(5.967)	2.671	7.910	(5.375)	2.535	7.352	(4.955)	2.397
Veículos	3.798	(2.081)	1.717	3.675	(1.683)	1.992	3.649	(1.435)	2.214
Imobilizado em formação	5.120	-	5.120	4.465	-	4.465	5.287	-	5.287
	<b>241.924</b>	<b>(141.031)</b>	<b>100.893</b>	<b>234.919</b>	<b>(132.944)</b>	<b>101.975</b>	<b>230.222</b>	<b>(125.446)</b>	<b>104.776</b>

## 15. Imobilizado--Continuação

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora					31/12/2013
	31/12/2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.321	5	(1.631)	-	795	23.490
Máquinas e equipamentos	52.722	351	(4.476)	(375)	3.612	51.834
Instalações	10.806	8	(876)	(5)	994	10.927
Móveis e utensílios	2.514	504	(582)	(4)	230	2.662
Veículos	1.978	471	(504)	(236)	-	1.709
Imobilizado em formação	4.465	6.497	-	(124)	(5.718)	5.120
	101.940	7.836	(8.069)	(744)	(87)(a)	100.876

  

	Controladora					31/12/2012
	01/01/2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.421	-	(1.605)	(10)	1.515	24.321
Máquinas e equipamentos	54.671	157	(4.529)	(303)	2.726	52.722
Instalações	10.578	26	(698)	(20)	920	10.806
Móveis e utensílios	2.329	378	(460)	(31)	298	2.514
Veículos	2.194	168	(240)	(316)	172	1.978
Imobilizado em formação	5.287	4.934	-	-	(5.756)	4.465
	104.614	5.663	(7.532)	(680)	(125)(a)	101.940

## 15. Imobilizado--Continuação

	Consolidado					31/12/2013
	31/12/2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	<b>5.134</b>
Edificações	24.321	5	(1.631)	-	795	<b>23.490</b>
Máquinas e equipamentos	52.722	351	(4.476)	(375)	3.612	<b>51.834</b>
Instalações	10.806	8	(876)	(5)	994	<b>10.927</b>
Móveis e utensílios	2.535	504	(594)	(4)	230	<b>2.671</b>
Veículos	1.992	471	(510)	(236)	-	<b>1.717</b>
Imobilizado em formação	4.465	6.497	-	(124)	(5.718)	<b>5.120</b>
	<b>101.975</b>	<b>7.836</b>	<b>(8.087)</b>	<b>(744)</b>	<b>(87)(a)</b>	<b>100.893</b>

  

	01/01/2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	31/12/2012
	Terrenos	5.134	-	-	-	-
Edificações	24.462	-	(1.605)	(10)	1.474	24.321
Máquinas e equipamentos	54.704	157	(4.529)	(303)	2.693	52.722
Instalações	10.578	26	(698)	(20)	920	10.806
Móveis e utensílios	2.397	387	(472)	(37)	260	2.535
Veículos	2.214	168	(246)	(316)	172	1.992
Imobilizado em formação	5.287	4.934	-	-	(5.756)	4.465
	<b>104.776</b>	<b>5.672</b>	<b>(7.550)</b>	<b>(686)</b>	<b>(237)(a)</b>	<b>101.975</b>

(a) Os saldos de transferências referem-se a reclassificações entre contas de grupos que não são de imobilizado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e sua controlada revisaram a vida útil remanescente e avaliaram a valor justo de parte substancial do seu ativo imobilizado.

O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada na data de 28 de março de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, através de seu corpo técnico, avaliou a necessidade de impairment e revisou a vida útil remanescente do seu ativo imobilizado.

Não foram identificadas evidências de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável, bem como necessidade de alteração do plano de depreciação. Para o exercício de 2013 não foram identificadas mudanças.



# Resultados de 2013



## 16. Intangível

	Controladora								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	8.282	(6.435)	1.847	10.453	(5.790)	4.663	6.328	(5.028)	1.300
Intangível em formação	221	-	221	203	-	203	6.600	-	6.600
	<b>8.503</b>	<b>(6.435)</b>	<b>2.068</b>	10.656	(5.790)	4.866	12.928	(5.028)	7.900
Provisão p/ perda	-	-	-	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
	<b>8.503</b>	<b>(6.435)</b>	<b>2.068</b>	10.656	(5.790)	4.866	9.428	(5.028)	4.400

  

	Consolidado								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	8.282	(6.435)	1.847	10.453	(5.790)	4.663	6.333	(5.028)	1.305
Intangível em formação	221	-	221	203	-	203	6.600	-	6.600
	<b>8.503</b>	<b>(6.435)</b>	<b>2.068</b>	10.656	(5.790)	4.866	12.933	(5.028)	7.905
Provisão p/ perda	-	-	-	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
	<b>8.503</b>	<b>(6.435)</b>	<b>2.068</b>	10.656	(5.790)	4.866	9.433	(5.028)	4.405

## 16 Intangível--Continuação

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Taxa de amortização (%)	Controladora					31/12/2012
		01/01/2012	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	
Software	20	1.300	495	(762)	(49)	3.679	4.663
Intangível em formação		6.600	611	-	(3.454)	(3.554)	203
		7.900	1.106	(762)	(3.503)	125	4.866
Provisão p/ perda		(3.500)	-	-	3.500	-	-
		4.400	1.106	(762)	(3)	125	4.866

	Taxa de amortização (%)	Consolidado					31/12/2012
		01/01/2012	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	
Software	20	1.305	495	(762)	(49)	3.674	4.663
Intangível em formação		6.600	611	-	(3.454)	(3.554)	203
		7.905	1.106	(762)	(3.503)	120	4.866
Provisão p/ perda		(3.500)	-	-	3.500	-	-
		4.405	1.106	(762)	(3)	120	4.866

	Taxa de amortização (%)	Controladora e Consolidado					31/12/2013
		31/12/2012	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	
Software	20	4.663	-	(1.133)	(1.951)	268	1.847
Intangível em formação		203	199	-	-	(181)	221
		4.866	199	(1.133)	(1.951)	87	2.068

## 16 Intangível--Continuação

Os saldos de transferência referem-se a reclassificações entre contas de grupos que não são de intangível.

O intangível da Companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

Com base em estudos efetuados durante 2013, que apontaram deficiências nas definições, parametrizações e implantação do projeto Innovare (ERP), o Conselho de Administração deliberou registrar a perda de R\$ 1.951, remanescente do projeto original, somando-se ao valor de R\$ 3.457 já registrados em períodos anteriores, totalizando assim perda de R\$ 5.896 no projeto.

## 17. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Mercado interno	7.426	3.800	4.423	7.425	3.800	4.456
Mercado externo	-	104	1.186	-	104	1.186
	<b>7.426</b>	<b>3.904</b>	<b>5.609</b>	<b>7.425</b>	<b>3.904</b>	<b>5.642</b>
Ajuste a valor presente	(231)	(113)	(158)	(231)	(113)	(158)
	<b>7.195</b>	<b>3.791</b>	<b>5.451</b>	<b>7.194</b>	<b>3.791</b>	<b>5.484</b>

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 20 dias.

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 20 dias sendo descontado na mesma taxa das operações citada na nota 9.

## 18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

## 18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### a) Composição dos tributos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos fiscais diferidos						
Provisão para contingências	2.140	1.162	1.957	2.140	1.162	1.957
Provisão para perdas ativos	1.785	1.651	2.035	1.897	1.651	2.147
Outras	737	473	1.401	737	473	1.401
	<b>4.662</b>	<b>3.286</b>	<b>5.393</b>	<b>4.774</b>	<b>3.286</b>	<b>5.505</b>
Passivos fiscais diferidos						
Custo atribuído	15.962	16.244	16.559	16.045	16.244	16.642
	<b>15.962</b>	<b>16.244</b>	<b>16.559</b>	<b>16.045</b>	<b>16.244</b>	<b>16.642</b>
Efeito líquido	<b>11.300</b>	<b>12.958</b>	<b>11.166</b>	<b>11.271</b>	<b>12.958</b>	<b>11.137</b>

A Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até três exercícios. A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2012	-	-	2.835	-	-	2.835
2013	-	1.522	794	-	1.522	794
2014	2.391	1.764	1.764	2.391	1.764	1.764
2015	1.274	-	-	1.386	-	112
2016	997	-	-	997	-	-
	<b>4.662</b>	<b>3.286</b>	<b>5.393</b>	<b>4.774</b>	<b>3.286</b>	<b>5.505</b>

## 18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.031	7.181	7.271	7.743
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	(2.391)	(2.442)	(2.472)	(2.633)
Equivalência Patrimonial	62	282	-	-
Incentivo Cultural	50	6	6	6
Juros sobre capital próprio	563	583	563	583
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(123)	(165)	(123)	(165)
Reversão de Juros e multa parcelamento Lei 11941/2009	-	-	-	-
Efeito líquido do cálculo do lucro real da Controlada em relação ao lucro presumido da Controladora	-	-	-	-
Outros	161	(272)	225	151
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	(3.054)	99	(3.177)	99
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício-diferido	1.376	(2.107)	1.376	(2.157)
	(1.678)	(2.008)	(1.801)	(2.058)
Alíquota efetiva (%)	23,87%	27,96%	24,77%	26,57%

## 19. Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado						
	Moeda	Taxa de juros aa	Venc.	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
FINIMP	USD	Libor (Sem) com juros de até 3,05%	2016	<b>3.534</b>	4.202	5.643
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) com juros de até 3,45%	2016	<b>4.997</b>	5.753	3.259
Pré-pagamento	USD	Libor (Trim e Sem) com juros de até 5,1%	2016	<b>25.422</b>	33.072	36.130
ACC	USD	2,55%	2014	<b>3.378</b>	-	1.897
NCE	R\$	CDI + 2%	2017	<b>25.215</b>	25.166	-
Leasing	R\$	IGPM	2013	-	6	6
Vendor	R\$	-	2013	-	184	4.118
EGF	R\$	5,5%	2014	<b>5.769</b>	10.125	8.781
Outros	R\$	Com juros de até 8%	2020	<b>7.463</b>	10.143	27.249
Total geral				<b>75.778</b>	<b>88.651</b>	<b>87.083</b>
Circulante				<b>35.109</b>	27.499	29.112
Não circulante				<b>40.669</b>	61.152	57.971

### Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui dois contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram cumpridos no exercício de 2013.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Controladora e Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2014	-	25.159	25.811
2015	<b>22.583</b>	17.911	17.508
2016	<b>11.762</b>	11.758	10.291
2017	<b>6.289</b>	6.289	4.329
2018 e demais anos	<b>35</b>	35	32
	<b>40.669</b>	61.152	57.971

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	<b>14.400</b>	11.828	14.891
Aplicações financeiras	-	4.090	4.641
Aval de membros da administração	<b>59.700</b>	81.349	82.358
Estoques	<b>9.475</b>	10.019	14.855
Imobilizado	<b>263</b>	263	2.005
	<b>83.838</b>	107.549	118.750

## 20. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 01 de janeiro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

	Moeda	Controladora			Consolidado			
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	
<b>Ativo</b>								
Circulante								
Partes relacionadas:								
Acionistas controladores	(a)	Real	3	10	13	3	10	13
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(b)	Real	835	233	224	835	233	224
Catex Comércio de Tecido Ltda	(b)	Real	15	39	34	15	39	34
Brim Jeans Com. Imp. Têxteis Ltda	(b)	Real	17	11	6	17	11	6
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(b)	Real	81	-	-	81	-	-
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(b)	Real	172	242	770	-	-	-
			<b>1.123</b>	535	1.047	<b>951</b>	293	277
Não circulante								
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	266	266	332	-	-	-
			<b>266</b>	266	332	-	-	-
<b>Passivo:</b>								
Circulante								
Partes relacionadas:								
Acionistas controladores	(d)	Real	46	82	28	46	82	28
1001 Artefatos de Borracha Ltda	(g)	Real	-	-	5	-	-	5
Beca Representações Comerciais	(b)	Real	29	31	17	29	31	17
Catriz Agroindustrial Ltda	(b)	Real	41	30	33	41	30	33
Energisa S/A	(c)	Real	530	647	1.413	530	647	1.413
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(b)	Real	21	19	20	21	19	20
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(g)	Real	-	1	-	-	1	-
Rittmeyer Empreendimentos Ltda	(e)	Real	-	34	32	-	34	32
			<b>667</b>	844	1.548	<b>667</b>	844	1.548

## 20. Partes relacionadas--Continuação

		Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado operacional						
Partes relacionadas:						
Beca Representações Comerciais	(b)	Real	(358)	(290)	(358)	(290)
Bip Comércio de Tecidos Acess.						
Vestuário e Conf.	(b)	Real	81	-	81	-
Brim Jeans Com. Import. Têxteis Ltda	(b)	Real	99	117	99	117
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(b)	Real	-	1.994	-	1.994
Catex Comércio de Tecido Ltda	(b)	Real	250	220	250	220
Catexil Comercio e Representações Texteis Ltda	(b)	Real	2.051	2.243	2.051	2.243
Catriz Agroindustrial Ltda	(b)	Real	(389)	(376)	(389)	(376)
Energisa S/A	(c)	Real	(9.554)	(15.191)	(9.554)	(15.191)
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(c)	Real	(4.636)	-	(4.636)	-
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(g)	Real	(35)	(51)	(35)	(51)
Rittmeyer Empreendimentos Ltda	(e)	Real	(72)	(425)	(72)	(425)
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(b)	Real	(176)	(195)	(176)	(195)

- (a) Refere-se a valores pagos pela Companhia, correspondente a assistência médica, reembolsado nas mesmas condições dos contratos com a empresa de seguros.
- (b) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, e contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista e 3,5% para confeccionista, nas situações especiais de vendas as comissões devidas serão da ordem de 50% do valor das comissões normalmente devidas e fixadas;
- (c) Refere-se a compra de energia elétrica, suportado por contrato.
- (d) Créditos retidos de acionistas que deverão amortizar futuros pagamentos de seguro saúde que serão efetuados pela Companhia;
- (e) Refere-se a contrato para elaboração de projetos de eficiência e gestão operacional, para as unidades industriais da Companhia. O Contrato extinguiu-se em fevereiro de 2013.
- (f) Refere-se a mútuo a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês;
- (g) Refere-se a valores referentes a acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária.

### Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO realizada em 18 de abril de 2013, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2013 a abril de 2014 em até R\$ 5.012 (em até R\$ 4.700 no período de maio de 2012 a abril de 2013).



## 20. Partes relacionadas--Continuação

Órgão	Nº de Membros	Honorários	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assit. Médica
<b>Controladora e Consolidado em 31/12/2012</b>					
Conselho de Administração	5	481	-	-	-
Conselho Fiscal	5	168	-	-	-
Diretoria	3	1.241	-	536	129
	13	1.890	-	536	129
<b>Controladora e Consolidado em 31/12/2013</b>					
Conselho de Administração	5	511	-	-	-
Conselho Fiscal	5	236	-	-	-
Diretoria	3	1.565	-	512	150
	13	2.312	-	512	150

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

## 21. Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contrib. Previd. s/ receita	73	67	-	73	67	-
IR/CS	-	-	-	41	104	44
ICMS	109	41	350	109	41	350
Outros impostos a recolher	21	24	28	21	24	28
Parcelamento REFIS IV						
IRPJ Parcelamento	352	191	231	352	191	231
CSLL a recolher	-	-	88	-	-	88
COFINS	-	-	97	-	-	97
PIS	-	-	20	-	-	20
	<b>555</b>	<b>323</b>	<b>814</b>	<b>596</b>	<b>427</b>	<b>858</b>
Circulante:	455	181	638	496	202	682
Não circulante:	100	142	176	100	225	176

## 22. Provisões diversas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Provisões com pessoal	2.029	2.370	3.934	2.029	2.370	3.934
Comissões a agentes mercado externo	823	800	898	823	800	898
Comissões a representantes mercado interno	1.332	881	967	1.332	881	967
	<b>4.184</b>	<b>4.051</b>	<b>5.799</b>	<b>4.184</b>	<b>4.051</b>	<b>5.799</b>

## 23. Provisões para riscos

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2013
Trabalhista (a)	10	3.130	(252)	-	2.888
Tributária (b)	7.441	1	(3.916)	-	3.526
Cível (c)	4.121	-	-	2.598	6.719
Outras (d)	2.287	-	-	-	2.287
	13.859	3.131	(4.168)	2.598	15.420
Depósitos judiciais	(4.923)	(676)	6.376	(2.264)	(1.487)

	Controladora e Consolidado				
	01/01/2012	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2012
Trabalhista	10	-	-	-	10
Tributária	7.441	-	-	-	7.441
Cível	6.457	-	(2.399)	63	4.121
Outras	2.287	-	-	-	2.287
	16.195	-	(2.399)	63	13.859
Depósitos judiciais	(5.343)	(130)	550	-	(4.923)

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 31.387 (R\$ 2.115 em 31 de dezembro de 2012), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados. A variação de R\$ 29.272, deve-se basicamente ao fato da reclassificação, com base na opinião dos consultores jurídicos patrocinadores da causa, de perda remota para perda possível do valor de R\$ 27.836 da ação cível da Horizontes Energia devido ao redirecionamento dos autos da Vara Cível para Vara Fazendária, retornando o processo para a primeira instância, sem julgamento do mérito (ver item (c) abaixo).

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

### a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

## 23. Provisões para risco--Continuação

### b) Tributária

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS – TUSD (i)	-	3.916	3.916
Auto de Infração INSS (ii)	<b>2.933</b>	2.933	2.933
Outros	<b>593</b>	592	592
	<b>3.526</b>	7.441	7.441

- (i) ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG - Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica.

Conforme comentado na nota 11 item (a), a Companhia protocolou pedido junto aos órgãos competentes da dispensa do débito, e solicitou a liberação do depósito judicial a seu favor. Após a homologação e deferimento da dispensa do débito, a Companhia efetuou as devidas comprovações e em 05 de junho de 2013 foi expedido alvará judicial autorizando o levantamento de 95% do depósitos judiciais com correção, sendo que 5% foram transferidos à Procuradoria da Fazenda Estadual de Minas Gerais a título de honorários de sucumbência.

- (ii) Auto de Infração INSS – refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor de R\$2.933. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

### c) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado da lide é de R\$ 34.477 dos quais, segundo a avaliação do Advogado da Companhia, R\$ 6.641 é de provável perda e R\$ 27.836 de possível perda (valor considerado como remoto até 31 de dezembro de 2012). A provisão em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.043.

### d) Outras

Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.254, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

## 24. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

### b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

### c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

### d) Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

### e) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

## 24. Patrimônio líquido--Continuação

### e) Dividendos--Continuação

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos deliberados para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre lucro líquido ajustado

	<u>31/12/2013</u>
Resultado líquido do período	5.353
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	548
Reserva legal	(268)
Lucro base para dividendos/juros sobre capital próprio (a)	<u>5.633</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% do lucro líquido ajustado (b)	1.408
Juros sobre o capital próprio líquido imputado aos dividendos mínimos obrigatórios creditados	1.657
Percentual da distribuição do lucro (b/a)	<u>25%</u>

Os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, foram calculados de acordo com a Lei 9.249/95, sendo:

O montante de R\$ 1.657, com posição acionária ao final do dia 10 de janeiro de 2014, com retenção de imposto de renda na fonte, calculado com base na alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$ 1.408, conforme tabela abaixo:

Valor por ação (R\$)	Acionistas imunes ou isentos (valor bruto)	IRRF (15%)	Acionistas tributados (valor líquido)
Ações ordinárias	11,0232	1,6535	9,3697
Ações Preferenciais	60,5240	9,0786	51,4454

## 25. Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Vendas de produtos	243.570	238.981	243.574	239.396
Impostos sobre vendas	(40.813)	(36.924)	(40.813)	(36.939)
Subvenções governamentais-ICMS	9.282	10.596	9.282	10.596
Devoluções e abatimentos	(11.530)	(9.559)	(11.530)	(9.559)
Ajuste a valor presente clientes	(11.041)	(10.408)	(11.041)	(10.411)
<b>Total da receita contábil</b>	<b>189.468</b>	<b>192.686</b>	<b>189.472</b>	<b>193.083</b>

## 26. Custos e despesas operacionais

Por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(38.555)	(41.312)	(38.555)	(41.334)
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(105.940)	(119.074)	(105.940)	(119.074)
Comissões sobre venda	(8.042)	(7.720)	(8.042)	(7.720)
Frete de vendas	(3.654)	(3.554)	(3.654)	(3.554)
Depreciações e amortizações	(9.320)	(8.821)	(9.338)	(8.821)
Outros	(14.391)	(11.116)	(14.497)	(11.232)
<b>Total das despesas</b>	<b>(179.902)</b>	<b>(191.597)</b>	<b>(180.026)</b>	<b>(191.735)</b>

Por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Operações continuadas				
Custo dos produtos vendidos	(144.352)	(157.604)	(144.352)	(157.720)
Despesas com vendas	(23.333)	(23.032)	(23.333)	(23.032)
Despesas administrativas	(12.217)	(10.961)	(12.341)	(10.983)
<b>Total das despesas</b>	<b>(179.902)</b>	<b>(191.597)</b>	<b>(180.026)</b>	<b>(191.735)</b>

## 27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	1.507	1.793	1.938	1.954
Ganhos com variações cambiais	8.301	9.245	8.301	9.245
Reversão do ajuste a valor presente clientes	10.966	10.743	11.053	11.754
Outras receitas financeiras	4.047	3.308	4.078	3.312
	<b>24.821</b>	<b>25.089</b>	<b>25.370</b>	<b>26.265</b>
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.249)	(6.760)	(5.249)	(6.760)
Perdas com variações cambiais	(11.521)	(13.174)	(11.521)	(13.174)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(2.104)	(1.915)	(2.104)	(1.915)
Outras despesas financeiras	(3.543)	(1.302)	(3.544)	(1.308)
	<b>(22.417)</b>	<b>(23.151)</b>	<b>(22.418)</b>	<b>(23.157)</b>
Resultado financeiro líquido	<b>2.404</b>	<b>1.938</b>	<b>2.952</b>	<b>3.108</b>

## 28. Instrumentos financeiros

### Instrumentos financeiros classificados por categoria

Ativo	Controladora								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	14.246	-	14.246	16.302	-	16.302	18.681	-	18.681
Títulos e valores mobiliários	9.716	-	9.716	10.089	-	10.089	6.353	-	6.353
Contas a receber e outros recebíveis	-	47.789	47.789	-	45.388	45.388	-	52.606	52.606
Depósitos judiciais	-	1.487	1.487	-	4.923	4.923	-	5.343	5.343
Créditos Precatórios	-	1.531	1.531	-	1.454	1.454	-	2.328	2.328
	<b>23.962</b>	<b>50.807</b>	<b>74.769</b>	<b>26.391</b>	<b>51.765</b>	<b>78.156</b>	<b>25.034</b>	<b>60.277</b>	<b>85.311</b>

  

Passivo	Passivo financeiro								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Valor justo através do resultado	mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	-	75.778	75.778	-	88.651	88.651	-	87.083	87.083
Fornecedores	-	7.195	7.195	-	3.791	3.791	-	5.451	5.451
	-	<b>82.973</b>	<b>82.973</b>	-	<b>92.442</b>	<b>92.442</b>	-	<b>92.534</b>	<b>92.534</b>



28. Instrumentos financeiros--Continuação

	Consolidado								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
<b>Ativo</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalente caixa	20.537	-	20.537	19.561	-	19.561	20.345	-	20.345
Títulos e valores mobiliários	9.716	-	9.716	10.089	-	10.089	6.353	-	6.353
Contas a receber e outros recebíveis	-	47.789	47.789	-	48.151	48.151	-	58.470	58.470
Depósitos judiciais	-	1.487	1.487	-	4.923	4.923	-	5.343	5.343
Créditos precatórios	-	1.531	1.531	-	1.454	1.454	-	2.328	2.328
	<b>30.253</b>	<b>50.807</b>	<b>81.060</b>	<b>29.650</b>	<b>54.528</b>	<b>84.178</b>	<b>26.698</b>	<b>66.141</b>	<b>92.839</b>

  

<b>Passivo</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	-	75.778	75.778	-	88.651	88.651	-	87.083	87.083
Fornecedores	-	7.194	7.194	-	3.791	3.791	-	5.484	5.484
	-	<b>82.972</b>	<b>82.972</b>	-	<b>92.442</b>	<b>92.442</b>	-	<b>92.567</b>	<b>92.567</b>

## 28. Instrumentos financeiros--Continuação

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis.

Contas a receber – a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas aos países em que atua. Em 31 de dezembro de 2013 monta R\$9.743, equivalente a 753 mil euros e 2.268 mil dólares norte-americanos (R\$9.359 em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 1.089 mil euros e 3.145 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos – conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 37.331 em 31 de dezembro de 2013, equivalente a 1.549 mil euros e 13.803 mil dólares-americanos (R\$ 43.027 em dezembro de 2012, equivalente a 2.134 mil euros e 18.240 mil dólares-americanos). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.

### c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que pontencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

## 28. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros

A contratação de instrumento financeiro tem o objetivo de proteção das operações comerciais no mercado externo, assegurando o percentual máximo de 90% (noventa por cento) para a cobertura do limite de crédito aprovado e 90% (noventa por cento) para riscos políticos de certos países importadores de produtos da Companhia.

### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “commodities”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

#### i) *Seleção de riscos*

A Companhia selecionou três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxa do CDI; (3) a TJLP.

#### ii) *Seleção dos cenários*

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real / Euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2013.

## 28. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Seleção dos cenários--Continuação*

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 8,05% a.a., TJLP = 5% a.a. e Dólar a 2,3426) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

<b>Controladora</b>					
<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição em R\$ mil</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)(*)</b>	<b>Cenário II (Deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário III (Deterioração de 50%)</b>
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	2.430	AltaEuro	2.673	3.038	3.645
Contas a receber mercado externo	7.313	AltaDólar	8.044	9.141	10.970
Empréstimos e financiamentos	(4.997)	AltaEuro	(5.497)	(6.246)	(7.496)
Empréstimos e financiamentos	(32.334)	AltaDólar	(35.567)	(40.418)	(48.501)
Subtotal (**)	(27.588)		(30.347)	(34.485)	(41.382)
Instrumentos financeiros expostos a Juros					
Aplicações financeiras no mercado aberto	19.921	AltaCDI	21.913	24.901	29.882
Empréstimos e financiamentos	(38.447)	AltaCDI	(42.292)	(48.059)	(57.671)
Subtotal (***)	(18.526)		(20.379)	(23.158)	(27.789)
Total	(46.114)		(50.725)	(57.643)	(69.171)
Efeito no resultado			(4.611)	(11.529)	(23.057)

  

<b>Consolidado</b>					
<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição em R\$ mil</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)(*)</b>	<b>Cenário II (Deterioração de 25%)</b>	<b>Cenário III (Deterioração de 50%)</b>
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	2.430	AltaEuro	2.673	3.038	3.645
Contas a receber mercado externo	7.313	AltaDólar	8.044	9.141	10.970
Empréstimos e financiamentos	(4.997)	Alta Euro	(5.497)	(6.246)	(7.496)
Empréstimos e financiamentos	(32.334)	AltaDólar	(35.567)	(40.418)	(48.501)
Subtotal (**)	(27.588)		(30.347)	(34.485)	(41.382)
Instrumentos financeiros expostos a Juros					
Aplicações financeiras no mercado aberto	26.207	Alta CDI	28.828	32.759	39.311
Empréstimos e financiamentos	(38.447)	Alta CDI	(42.292)	(48.059)	(57.671)
Subtotal (***)	(12.240)		(13.464)	(15.300)	(18.360)
Total	(39.828)		(43.811)	(49.785)	(59.742)
Efeito no resultado			(3.983)	(9.957)	(19.914)

## 28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Seleção dos cenários--Continuação*

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

Mensuração a valor justo - Controladora				
	31/12/2013	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	14.246	-	14.246	-
Títulos e valores mobiliários	9.716	-	9.716	-
	<b>23.962</b>	<b>-</b>	<b>23.962</b>	<b>-</b>

Mensuração a valor justo - Controladora				
	31/12/2012	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	16.302	-	16.302	-
Títulos e valores mobiliários	10.089	-	10.089	-
	<b>26.391</b>	<b>-</b>	<b>26.391</b>	<b>-</b>

Mensuração a valor justo - Controladora				
	01/01/2012	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	18.681	-	18.681	-
Títulos e valores mobiliários	6.353	-	6.353	-
	<b>25.034</b>	<b>-</b>	<b>25.034</b>	<b>-</b>

## 28. Instrumentos financeiros--Continuação

### d) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Seleção dos cenários--Continuação*

#### Mensuração do valor justo--Continuação

Mensuração a valor justo - Consolidado				
	31/12/2013	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	20.537	-	20.537	-
Títulos e valores mobiliários	9.716	-	9.716	-
	<b>30.253</b>	-	<b>30.253</b>	-

Mensuração a valor justo - Consolidado				
	31/12/2012	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	19.561	-	19.561	-
Títulos e valores mobiliários	10.089	-	10.089	-
	<b>29.650</b>	-	<b>29.650</b>	-

Mensuração a valor justo - Consolidado				
	01/01/2012	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	20.345	-	20.345	-
Títulos e valores mobiliários	6.353	-	6.353	-
	<b>26.698</b>	-	<b>26.698</b>	-

O Valor justo dos ativos e passivos financeiros são similares ao valor contábil.

### e) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

## 29. Lucro líquido por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Em milhares de reais	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	5.308	45	5.353	5.130	43	5.173
Lucro atribuível aos acionistas	5.308	45	5.353	5.130	43	5.173
Média ponderada das ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído- R\$	36,81	40,49	36,84	35,57	39,13	35,60

## 30. Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados são:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	68	173
Contas a receber de clientes	7	25	307
Outros ativos	-	-	46
Estoque	-	-	218
	<b>13</b>	93	744
Não circulante			
Imobilizado	16	27	112
Intangível	-	-	4
	<b>16</b>	27	116
Total do ativo	<b>29</b>	120	860

## 30. Operações descontinuadas--Continuação

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	444	495	800
Salários e contribuições sociais	-	1	26
Obrigações tributárias	-	4	42
Outros passivos	-	-	21
	<b>444</b>	500	889
Não circulante			
Outros passivos (a)	1.453	1.248	595
	<b>1.453</b>	1.248	595
Patrimônio líquido			
Capital social	10	10	10
Prejuízos acumulados	(1.878)	(1.638)	(634)
	<b>(1.868)</b>	(1.628)	(624)
Total do passivo	<b>29</b>	120	860

(a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, sendo apresentado o saldo de R\$ 853 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 634 em 31 de dezembro de 2012).

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Demonstração de resultado		
Receita Líquida	-	2.607
Custo de produtos	-	(1.851)
Lucro Bruto	-	756
Despesas Comerciais, gerais e administrativas	(13)	(1.603)
Resultado Financeiro	(224)	(50)
Outras despesas operacionais	(2)	(80)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custo de venda	-	(27)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	<b>(239)</b>	(1.004)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	<b>(239)</b>	(1.004)

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de Caixa Líquidos das operações descontinuadas		
Provenientes das operações	(62)	(719)
Utilizados nas atividades de investimento	-	-
Utilizados nas atividades de financiamento	-	614
	<b>(62)</b>	(105)



## 31. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

	<b>Importâncias seguradas</b>
Ramos	<b>132.000</b>
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	<b>4.529</b>
Veículos	<b>20.000</b>
Responsabilidade civil diretoria D&O	<b>12.000</b>
Responsabilidade civil	<b>12.000</b>

# Resultados de 2013

---



## **Conselho de Administração:**

Eduardo Peixoto Ferreira Leite

Presidente

José Inácio Peixoto Neto

Vice-Presidente

Jorge Nagib Amary Junior

Conselheiro

Ricardo Dias Cruz Ferreira

Conselheiro

Vicente Moliterno Neto

Conselheiro

## **Conselho fiscal:**

Flávio Stamm

Presidente

Anderson de Souza Santos

Conselheiro

Enio de Melo Coradi

Conselheiro

Glaydson Ferreira Cardoso

Conselheiro

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Conselheiro

## **Diretoria:**

Paulo Antonio Valente

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Antonio Duarte Fabelo

Diretor Técnico-Industrial

Hênio Murilo de Barros Lemos Filho

Diretor Comercial

## **Responsável técnico:**

Celso Romario de Oliveira

Contador

CRC-MG 065048

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores e Acionistas da

**Companhia Industrial Cataguases**

Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Industrial Cataguases, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Industrial Cataguases em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Industrial Cataguases em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfases**

### **Demonstrações financeiras individuais**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das demonstrações financeiras individuais da Companhia Industrial Cataguases, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### **Reapresentação de valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência das reclassificações efetuadas pela Companhia, os valores correspondentes do balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro). Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Demonstrações financeiras de exercícios anteriores auditadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de abril de 2012 sem modificações. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 5, que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2011 tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 27 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S  
CRC 2SP015199/0-6-F-MG

Flávio de Aquino Machado  
Contador CRC-1MG065899/O-2

## Parecer do Conselho Fiscal

### Relativo ao exercício social de 2013

O Conselho Fiscal da Companhia Industrial Cataguases, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no art.163, da Lei n. 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Orçamento de Capital para o exercício social de 2014 e a Proposta de Destinação dos Resultados de 2013, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração, considerando os fatos registrados nas atas de reuniões deste Conselho Fiscal e no parecer emitido, sem ressalvas, por seus auditores independentes (Ernst & Young), datado de 27 de fevereiro de 2014, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 11 de março de 2014.

Anderson de Souza Santos

Enio de Melo Coradi

Flavio Stamm

Glaydson Ferreira Cardoso

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

## **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **Relativo ao exercício social de 2013**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2014, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de fevereiro de 2014.

Paulo Antonio Valente  
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Antonio Duarte Fabelo  
Diretor Técnico-Industrial

Hênio Murilo de Barros Lemos Filho  
Diretor Comercial

## **Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### **Relativo ao exercício social de 2013**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 27 de fevereiro de 2014.

Paulo Antonio Valente  
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Antonio Duarte Fabelo  
Diretor Técnico-Industrial

Hênio Murilo de Barros Lemos Filho  
Diretor Comercial



## PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2014 no montante de R\$ 10.644.893,00 (Dez milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$ 10.644.893,00
<b>Fontes de financiamento:</b>	
Reserva de retenção de Lucros	R\$ 3.975.931,77
Outros recursos próprios/e ou de terceiros	R\$ 6.668.961,23

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2014, tendo os mesmos a seguinte distribuição:

- R\$ 257.600,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais) direcionados a projetos de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- R\$ 5.217.710,00 (Cinco milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e dez reais) destinados a CAPEX de Manutenção;
- R\$ 1.461.508,00 (Hum milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e oito reais) para CAPEX destinado a melhorias na área de informática;
- R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para novos negócios;
- R\$ 3.208.075,00 (Três milhões, duzentos e oito mil e setenta e cinco reais) Fase 2 do Projeto Caldeira a cavaco, conforme investimento aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de Julho 2013.

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 27 de fevereiro de 2014.

Eduardo Peixoto Ferreira Leite  
Presidente do Conselho de Administração